

CFM é homenageado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)

O Conselho Federal de Medicina (CFM) foi homenageado hoje pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em solenidade na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Na ocasião, foi apresentado um hino ao CFM, celebrando e enaltecendo os compromissos da autarquia com a saúde do país. O CFM foi representado pelo conselheiro federal pelo Mato Grosso, Diogo Sampaio.

Além do hino, o representante do TJRS, desembargador Alfredo Foerster, entregou a Diogo Sampaio uma Moção de Aplauso, aprovada por unanimidade pelo TJRS, endereçada ao presidente do CFM, Hiran Gallo, “por sua inestimável contribuição ao Brasil”.

CFM participa de sessão em homenagem a médicos intensivistas no plenário da Câmara dos Deputados

Profissionais especializados no cuidado de pacientes graves durante seus momentos de maior gravidade, independentemente da especialidade médica a que pertençam, os médicos intensivistas foram homenageados pela Câmara dos Deputados nesta terça-feira (29). O 2º secretário do Conselho Federal de Medicina (CFM), Estevam Rivello, participou da sessão solene solicitada pelos deputados Julio Arcoverde (PP-PI) e Doutor Luizinho (PP-RJ). Dr. Luiz Ovando (PP-MS) também compôs a mesa junto com outros representantes da administração pública e de entidades médicas, como a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib).

O conselheiro federal do CFM parabenizou os profissionais da área e ressaltou a importância dos parlamentares no Congresso Nacional observarem que é necessário investir mais em saúde pública, principalmente nessa especialidade. Segundo ele, o Brasil perdeu muitos leitos de terapia intensiva e, com a pandemia, houve necessidade de implantar novos leitos para atender a demanda.

“Hoje, entre dez pacientes que são internados no leito de terapia intensiva, nove recebem alta. E isso é o que dá dignidade na assistência de uma especialidade tão importante. Portanto, eu vejo esse evento aqui na Câmara como um evento necessário, porque estamos tratando do doente mais crítico, não que os outros não sejam, mas que é uma especialidade que exige muito da capacidade do profissional”, declarou Rivello.



Ele ressaltou que o quantitativo de médicos intensivistas no País hoje é suficiente para atender a população brasileira e lembrou que, como a população não se divide de forma harmônica no território nacional, há uma maior concentração dos profissionais onde existe maior número de pessoas. “A grande parte da população está na margem litorânea e pouco se concentra no interior do Brasil profundo. E também devemos levar em consideração que nem todas as cidades do Brasil têm a expertise ou possuem a capacidade de ter um leito de terapia intensiva que, muitas vezes, se concentram nas capitais, em regiões metropolitanas ou cidades de maior suporte”, observou.

Para o conselheiro, o país tem uma sociedade de especialidade na área que defende a medicina e os especialistas, a Amib, e o Conselho Federal de Medicina trabalha sempre para implantar resoluções que defendam o exercício profissional justo e ético “para essa especialidade tão importante no Brasil”.

CFM abre diálogo com CNJ sobre Inteligência Artificial



Em audiência nesta quinta-feira (24), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trocaram experiências sobre o uso institucional de Inteligência Artificial (IA). O CFM entende que é preciso conversar abertamente sobre o uso de IA nas organizações para garantir transparência nos processos e mecanismos eficientes de revisão.

“Essa foi uma reunião do Departamento de IA do CFM. Queremos saber o que o CNJ está fazendo em termos de IA para a Justiça em todo o território brasileiro. Foi um momento muito produtivo, em que pactuamos colaborações futuras”, diz o conselheiro federal de medicina Jeancarlo Cavalcante, 3º vice-presidente da autarquia e coordenador do departamento de IA do CFM.

Essa aproximação acontece no momento em que o país avança na regulamentação do uso de IA e quando os setores também precisam pensar em suas especificidades para atualizar resoluções e garantir que o atual cenário, com a IA generativa, tenha balizas de segurança.

Um dos pontos de destaque da conversa é o uso da plataforma Sinapses pelo Judiciário. “O que um tribunal estiver desenvolvendo, ele vai registrar no Sinapses para que um outro tribunal que queira desenvolver algo parecido possa aproveitar aquele trabalho em desenvolvimento ou já pronto e integrar o seu próprio tribunal com um custo muito mais reduzido”, esclareceu o conselheiro do CNJ e coordenador do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial no Poder Judiciário, Luiz Fernando Bandeira de Mello.

O conselheiro federal de medicina Mauro Ribeiro, tesoureiro do CFM, lembra que a estrutura do CNJ se assemelha de alguma forma com a dos Conselhos Regionais de Medicina e muitas práticas podem ser adaptadas para a realidade médica.

A reunião aconteceu no gabinete do conselheiro Bandeira de Mello. Também estava presente Fábio Cunha, integrante do grupo de trabalho em inteligência artificial do CFM.

Fonte: [Portal CFM](#), em 29.10.2024.